

ANO 2017

PL 4737 2017 - PROJETO DE LEI - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL E ORGANIZA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DO ESTADO

PL 4736 2017 - PROJETO DE LEI - INSTITUI O PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO CAMPO DE MINAS GERAIS.

DECRETO 47223, DE 26/07/2017 - CRIA O GRUPO EXECUTIVO PERMANENTE DA ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS E APOIO À AGROECOLOGIA E À PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO

LEI 22607, DE 20/07/2017 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO SERVAS – SSA-SERVAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO 47206, DE 20/06/2017 - REGULAMENTA O ATENDIMENTO EMERGENCIAL ÀS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELA AÇÃO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS RURAIS COLETIVOS.

DECRETO 47192, DE 25/05/2017 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA GASTRONOMIA MINEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANO 2016

DECRETO 46975, DE 01/04/2016 - ALTERA O DECRETO Nº 44.355, DE 19 DE JULHO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, DE QUE TRATA A LEI Nº 15.982, DE 19 DE JANEIRO DE 2006.

DECRETO 46936, DE 21/01/2016 – INSTITUI O PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS.

ANO 2015

DECRETO 46792, DE 02/07/2015 - CRIA A CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS – CAISANS-MG –, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 8.473, DE 22 DE JUNHO DE 2015 - ESTABELECE, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, O PERCENTUAL MÍNIMO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS E DEMAIS BENEFICIÁRIOS DA LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO ESTADUAL 46.730, DE 25/03/2015 - CONSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAR ESTUDOS E PROPOR A REVISÃO, A SISTEMATIZAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO DOS PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL COM A FINALIDADE DE INCORPORAR, NO ÂMBITO DO ESTADO, AS BOAS PRÁTICAS E AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA, IMPLEMENTADO PELA ITAIPU.

DECRETO ESTADUAL 46.717, DE 02/02/2015 - ALTERA O DECRETO Nº 46.711, DE 27 DE JANEIRO DE 2015, QUE INSTITUI FORÇA-TAREFA COM A FINALIDADE DE PLANEJAR E ARTICULAR AS AÇÕES SETORIAIS A CARGO DO ESTADO VOLTADAS AO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS, BEM COMO PROMOVER O LEVANTAMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS AO TEMA, DE FORMA A COMPATIBILIZAR A DEMANDA E A OFERTA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

DECRETO 46712, DE 29/01/2015 - REGULAMENTA A LEI Nº 20.608, DE 7 DE JANEIRO DE 2013, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAAFAMILIAR.

DECRETO ESTADUAL 46.711, DE 27/01/2015 - INSTITUI FORÇA-TAREFA COM A FINALIDADE DE PLANEJAR E ARTICULAR AS AÇÕES SETORIAIS A CARGO DO ESTADO VOLTADAS AO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS, BEM COMO PROMOVER O LEVANTAMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS AO TEMA, DE FORMA A COMPATIBILIZAR A DEMANDA E A OFERTA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

ANO 2014

DECRETO 46671, DE 16/12/2014 - CRIA A COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS.

DECRETO 46515, DE 26/05/2014 - DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO-GERAL DA GOVERNADORIA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO QUE MENCIONA - AO SECRETÁRIO-GERAL DA GOVERNADORIA, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, A COMPETÊNCIA PARA PRESIDIR O COMITÊ TEMÁTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CTSANS, DE QUE TRATA O DECRETO Nº 45.562, DE 18 DE MARÇO DE 2011

DECRETO 46512, DE 19/05/2014 - ALTERA O DECRETO Nº 45.872, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO, O PROGRAMA ÁGUA - ÁGUA PARA TODOS.

LEI 21156, DE 17/01/2014 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR.

LEI 21147, DE 14/01/2014 - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS.

LEI 21146, DE 14/01/2014 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – PEAPO – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANO 2013

LEI 20922, DE 16/10/2013 - DISPÕE SOBRE AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE NO ESTADO.

LEI 20846, DE 06/08/2013 - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

LEI 20708, DE 07/06/2013 – INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE LEITE HUMANO.

DECRETO 46192, DE 21/03/2013 - INSTITUI O NÚCLEO ESTADUAL DE GESTÃO DO PROGRAMA ÁGUA DOCE NO ÂMBITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

LEI 20608, DE 07/01/2013 - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAAFAMILIAR.

ANO 2011

DECRETO 45878, DE 30/12/2011 - REGULAMENTA O PROGRAMA SOCIAL DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AGRÁRIO, NOS TERMOS DO ITEM XXXVI DO ANEXO DA LEI Nº 18.692, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECRETO 45872, DE 30/12/2011 - INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO, O PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS.

LEI 19990, DE 29/12/2011 - CRIA O FUNDO DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA - FEM.

DECRETO 45863, DE 29/12/2011 - REGULAMENTA O PROGRAMA SOCIAL PROJETO TRAVESSIA - VIGILÂNCIA EM SAÚDE, PREVISTO NO ITEM VIII DO ANEXO DA LEI Nº 18.692, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECRETO 45810, DE 14/12/2011 - REGULAMENTA O PROGRAMA SOCIAL EXTENSÃO RURAL PARA RESULTADOS - GESTÃO DO AGRONEGÓCIO, PREVISTO NO ITEM XXXIV DO ANEXO DA LEI Nº 18.692, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECRETO 45798, DE 05/12/2011 - REGULAMENTA O PROGRAMA SOCIAL MINAS SEM FOME, PREVISTO NO ITEM X DO ANEXO DA LEI Nº 18.692, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

DECRETO 45562, DE 18/03/2011 - CRIA O COMITÊ DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CTSANS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REVOGADA)

LEI 19476, DE 11/01/2011 - DISPÕE SOBRE A HABILITAÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTO AGROINDUSTRIAL RURAL DE PEQUENO PORTE NO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANO 2010

LEI 19256, DE 14/12/2010 - ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 11.824, DE 6 DE JUNHO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA VEICULAÇÃO DE MENSAGENS DE CONTEÚDO EDUCATIVO NAS CAPAS E CONTRACAPAS DE CADERNOS ESCOLARES ADQUIRIDOS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS.

DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 - REGULAMENTA A LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006, QUE CRIA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN COM VISTAS A ASSEGURAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PNSAN, ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 64, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010 - ALTERA O ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUIZIR A ALIMENTAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL.

ANO 2009

LEI 18372, DE 04/09/2009 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 15.072, DE 5 DE ABRIL DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.

ANO 2008

LEI 17591, DE 23/06/2008 - INSTITUI A SEMANA DE PREVENÇÃO DE DISTÚRBIOS ALIMENTARES.

DECRETO 44720, DE 12/02/2008 - REGULAMENTA A LEI Nº 15.973, DE 12 DE JANEIRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO À AGRICULTURA URBANA

ANO 2007

DECRETO Nº 6.273, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 - CRIA, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN, A CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007 - DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA.

LEI 16680, DE 10/01/2007 - DISPÕE SOBRE O APOIO À TRANSFORMAÇÃO E AO PROCESSAMENTO DA PRODUÇÃO FAMILIAR E À COMERCIALIZAÇÃO DIRETA ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E CONSUMIDORES.

ANO 2006

LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 - CRIA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN COM VISTAS EM ASSEGURAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI 16297, DE 01/08/2006 - DETERMINA A INCLUSÃO DO LEITE NA MERENDA ESCOLAR E DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO PRODUTO.

DECRETO 44355, DE 19/07/2006 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, DE QUE TRATA A LEI Nº 15.982, DE 19 DE JANEIRO DE 2006.

LEI 15982, DE 19/01/2006 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 16162, DE 01/06/2006 - OBRIGA OS FABRICANTES DE ALIMENTO PRODUZIDO E EMBALADO NO ESTADO A FAZER CONSTAR NO RÓTULO DO PRODUTO A IDENTIFICAÇÃO E A QUANTIFICAÇÃO DE GORDURAS "TRANS" PRESENTES EM SUA COMPOSIÇÃO.

LEI 15973, DE 12/01/2006 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO À AGRICULTURA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANO DE 2005

LEI 15771, DE 07/10/2005 - TORNA OBRIGATÓRIA A ADIÇÃO DE ÁCIDO FÓLICO E DE FERRO ÀS FARINHAS DE TRIGO E DE MILHO PRODUZIDAS E COMERCIALIZADAS NO ESTADO.

LEI 15687, DE 20/07/2005 - ESTABELECE DIRETRIZES PARA O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DE LEITE HUMANO NO ESTADO E ALTERA OS ARTS. 81 E 96 DA LEI Nº 13.317, DE 24 DE SETEMBRO DE 1999, QUE CONTÉM O CÓDIGO DE SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

ANO DE 2004

LEI 15072, DE 05/04/2004 - DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.

ANO DE 2002

LEI 14489, DE 09/12/2002 - DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A MERENDA ESCOLAR.

ANO DE 2001

DECRETO 41780, DE 26/07/2001 - DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CONSEA-MG.

LEI Nº 14.084, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001 - CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DE MINAS GERAIS

ANO DE 2000

DECRETO 40943, DE 24/02/2000 - ALTERA O DECRETO Nº 40.324, DE 23 DE MARÇO DE 1999 QUE INSTITUI O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS - CONSEA.

ANO 1999

DECRETO 40324, DE 23/03/1999 - INSTITUI O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS

ANO 1995

LEI 11871, DE 21/08/1995 - DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.

ANO DE 1994

LEI 11405, DE 28/01/1994 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEGISLAÇÕES BÁSICAS A NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL COM REFERÊNCIAS.

BRASIL. Decreto nº 7. 272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN –, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>.

BRASIL. Decreto nº 6. 273, de 23 de novembro de 2007. Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6273.htm>.

BRASIL. Decreto nº 6. 272, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>.

MINAS GERAIS. Lei nº 15. 982, de 19 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências. Disponível em <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15982&comp=&ano=2006&aba=js_textoAtualizado#texto>.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45. 562, de 18 de março de 2011. Cria o Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CTSANS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45562&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto>.

MINAS GERAIS. Decreto 46.792, de 2 de julho de 2015. Cria a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CAISANS-MG -, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=46792&ano=2015&tipo=DEC>>.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44. 355, de 19 de julho de 2006. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, de que trata a Lei nº 15.982, de 19 de janeiro de 2006. Disponível

em:

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=44355&comp=&ano=2006&aba=js_textoOriginal#texto>.

MINAS GERAIS. Lei nº 20.008, de 4 janeiro de 2012. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2012&num=20008&tipo=LEI&comp=>>>

MINAS GERAIS. Lei nº 20.024, de 9 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2012-2015 - PPAG 2012-2015. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=20024&comp=&ano=2012&texto=consolidado>>.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS – CONSEA – MG. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável: participação cidadã. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/1/file/PESANS%20MG%20-%20ATUALIZADO.pdf>>.